



Grant Thornton

22/fevereiro/2019

À: Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente nº REL-0171/2019

**Grant Thornton Auditores
Independentes**
Avenida Engenheiro Luís Carlos
Berrini,
105 | 12º andar | Edifício Berrini One
Itaim Bibi | São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

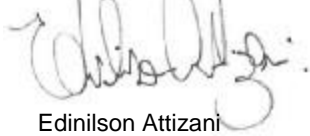
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7 "S" – PE

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PE

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.173	4.936
Contas a receber	7	466	848
Tributos a recuperar	-	302	304
Despesas antecipadas	-	97	99
Outros ativos	-	60	14
		<u>5.098</u>	<u>6.201</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas vinculadas	8	7.894	7.893
Contas a receber	7	-	41
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (a)	3.286	2.766
Despesas antecipadas	-	27	-
Outros ativos	-	169	148
		<u>11.376</u>	<u>10.848</u>
Imobilizado	-	222	238
Intangível	9	67.849	70.240
		<u>79.447</u>	<u>81.326</u>
Total do ativo		<u>84.545</u>	<u>87.527</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	136	565
Empréstimos e financiamentos	10	2.605	2.670
Tributos a pagar	-	189	215
Salários e encargos sociais	-	355	309
Contribuição ao fundo sócio ambiental	11	579	358
Outros passivos	-	346	-
		<u>4.210</u>	<u>4.117</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	39.739	42.313
Partes relacionadas	13	1.513	1.513
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20 (a)	2	11
Provisão para contingências	12	766	745
Provisão de conserva especial	14	1.245	640
		<u>43.265</u>	<u>45.222</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	15	26.150	26.150
Reserva de capital	-	2.618	2.618
Reservas de lucros	-	8.302	9.420
		<u>37.070</u>	<u>38.188</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>84.545</u>	<u>87.527</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Operações continuadas			
Receita líquida	16	15.283	17.462
Custo dos serviços	17	(9.854)	(8.492)
Lucro bruto		5.429	8.970
Despesas (receitas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(4.381)	(4.786)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	(129)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		1.048	4.055
Receitas financeiras	19	789	1.086
Despesas financeiras	19	(3.475)	(3.757)
Resultado financeiro, líquido		(2.686)	(2.671)
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.638)	1.384
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20 (b) e (c)	520	(449)
Prejuízo (lucro) do exercício		(1.118)	935
Prejuízo (lucro) básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		(42,74)	35,76

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo (lucro) do exercício	(1.118)	935
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.118)</u>	<u>935</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das
demonstrações contábeis

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro			Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Em 1º de janeiro de 2017	26.150	2.618	486	6.929	1.251	-	37.434
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	935	935
Reclassificações	-	-	-	389	(364)	-	25
Destinação do lucro (Nota 15)	-	-	43	619	67	(729)	-
Dividendos propostos (Nota 15 (v))	-	-	-	-	-	(206)	(206)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>26.150</u>	<u>2.618</u>	<u>529</u>	<u>7.937</u>	<u>954</u>	<u>-</u>	<u>38.188</u>
Em 1º de janeiro de 2018	26.150	2.618	529	7.937	954	-	38.188
Pejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>26.150</u>	<u>2.618</u>	<u>529</u>	<u>7.937</u>	<u>954</u>	<u>(1.118)</u>	<u>37.070</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.638)	1.384
Ajustes		
Margem de construção	(8)	(7)
Atualização do ativo financeiro	(3)	(9)
Provisão para contingência	20	13
Provisão da conserva especial	605	640
Juros e variações monetárias	3.432	3.649
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	142	129
Depreciação e amortização	3.372	3.034
	<u>5.922</u>	<u>8.833</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	426	551
Despesas antecipadas	(25)	(29)
Tributos a recuperar	(284)	58
Outros ativos	(45)	52
Contribuição ao fundo sócio ambiental	221	231
Fornecedores	(428)	(189)
Obrigações tributárias	226	(165)
Obrigações sociais e trabalhistas	46	26
Outras passivos	348	-
	<u>6.407</u>	<u>9.368</u>
Caixa líquido proveniente das operações	6.407	9.368
Juros pagos	(3.435)	(3.652)
	<u>2.972</u>	<u>5.716</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.972	5.716
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas vinculadas	-	54
Adições ao imobilizado	(222)	(36)
Adições ao intangível	(877)	(533)
	<u>(1.099)</u>	<u>(515)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.099)	(515)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (amortização de principal)	(2.636)	(2.842)
	<u>(2.636)</u>	<u>(2.842)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.636)	(2.842)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(763)	2.359
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>4.936</u>	<u>2.577</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>4.173</u></u>	<u><u>4.936</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Rota dos Coqueiros” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (“Via Parque”), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda, a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 5 meses	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), e controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) e controlada indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 22 de fevereiro de 2019.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes, no montante de R\$ 888 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 2.084).

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht.

A Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos e não teve nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está negociando a prorrogação do empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), e está convencida de que as mesmas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, numerários em trânsito, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 03 meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 35 dias. Como também pela Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT), com prazo de recebimento de 15 dias, contados do recebimento da fatura pelo Poder Concedente, conforme cláusula contratual. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

2.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.6. Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.7. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública.

Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização do ativo intangível foi realizada pelo método linear (prospectivamente) para o exercício de 2018 e 2017, a qual está limitada ao prazo final da concessão.

2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, registrada como reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

2.9. Provisão para conserva especial

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento da rodovia nos próximos 06 anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01-R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou receita de construção conforme demonstrado a seguir:

							31 de dezembro	
	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		Receita do ativo financeiro	
Direito da Concessionária	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo Intangível	827	670	(819)	(663)	8	7	-	-
Ativo financeiro (*)	-	-	-	-	-	-	3	9
	827	670	(819)	(663)	8	7	3	9

(*) Refere-se à atualização das contas a receber com o governo do estado de Pernambuco calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

(iii) CAT

CAT é ativo financeiro constituído com base no ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, em contrapartida a receita de construção e refere-se à contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente conforme prazo contratual (Aditivo Primeiro do Contrato de Concessão) e tem o objetivo de complementar o investimento na infraestrutura. É atualizado mensalmente com base no IPCA.

(iv) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

2.13. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, conforme apresentado a seguir, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos:

	Classificação anterior CPC 38 (IAS 39)	Classificação atual CPC 48 (IFRS 9)
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas vinculadas	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Outros passivos
Contribuição ao fundo sócio ambiental	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos

(iii) Impairment de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

O IFRS 15/ CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/ IAS 11 – Contratos de Construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/ CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/ CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/ IAS 18 e CPC 17 (R1)/ IAS 11), relacionadas com os serviços aos usuários e os serviços de construção e melhoria da infraestrutura do contrato de concessão de rodovia, sendo esta última reconhecida historicamente com base na ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 e OCPC 05 – Contratos concessão. Também não houve alterações nas receitas acessórias de cessão de espaços na rodovia e de outros contratos.

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16/ CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/ IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/ IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia adotará o IFRS16/ CPC 06(R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e estimou os principais efeitos da sua aplicação inicial para as suas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2019, que podem ser assim apresentados:

	<u>01/01/2019</u>		<u>01/01/2019</u>
Ativo circulante		Passivo circulante	
		Arrendamentos operacionais	161
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	Arrendamentos operacionais	72
Direito de uso	218	Patrimônio líquido	
		Prejuízos acumulados	(10)
Total do ativo	<u>223</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>223</u>

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/ IAS 17).

Na elaboração das demonstrações contábeis do próximo exercício, serão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir:

a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (Nota nº 9) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro.

b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela Administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela Companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, reconheceu Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Diferido (CSL). Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota nº 20.

d) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 10)	42.344	44.983
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.173)	(4.936)
Contas vinculadas (Nota 8)	(7.894)	(7.893)
Dívida líquida	30.277	32.154
Total do patrimônio líquido	37.070	38.188
Total do capital próprio e de terceiros	67.347	70.342
Índice de alavancagem financeira - %	45%	46%

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	-	4.173	4.936
Contas a receber e demais contas a receber	-	-	466	889
Contas vinculadas (Nota 8)	7.894	7.893	-	-
	7.894	7.893	4.639	5.825
			Outros passivos financeiros	
			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)			42.344	44.983
Fornecedores e contribuição ao fundo sócio ambiental			715	923
			43.059	45.906

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fundo fixo		5
Fundo de troca	44	37
Bancos conta movimento	134	64
Aplicações financeiras (i)	3.450	4.595
Numerário em trânsito (ii)	545	235
	4.173	4.936

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 3.450 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 4.595). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.
- (ii) Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

7. Contas a receber

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
CAT - parcela construção (i)	252	624
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	214	262
Receitas acessórias	-	3
	466	889
Ativo circulante	466	848
Ativo não circulante	-	41

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas estimadas na realização das contas a receber uma vez que os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico.

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do CGPE a CAT, que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

- Custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
- Tributos devidos pela Concessionária;
- Atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.

(i) O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 252 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 624), registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. Os valores registrados nessa rubrica atendem à definição de recebíveis no CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, mensuração e evidenciação. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e, subsequentemente, são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

8. Contas vinculadas

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") um fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.894 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 7.893), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, remunerados a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota nº 10.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

9. Intangível

a) Composição

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	10.514	(2.209)	8.305	8.662
Hardware equipamentos de pedágio	370	(60)	310	14
Demais melhorias e ampliações	71.022	(14.933)	56.089	58.586
Desapropriações	2.543	(551)	1.992	2.171
Máquinas e equipamentos	411	(119)	292	91
Móveis e utensílios	16	(3)	13	10
Obras em andamento	806	-	806	681
	85.682	(17.875)	67.807	70.215
Outros intangíveis (ii)				
Softwares adquiridos de terceiros (*)	63	(21)	42	25
	63	(21)	42	25
	85.745	(17.896)	67.849	70.240

(*) Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Intangível em andamento	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	84.096	730	31	84.857
Amortização acumulada	(14.611)	-	(6)	(14.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	69.485	730	25	70.240
Adições	777	76	32	885
Amortização (*)	(3.261)	-	(15)	(3.276)
Saldo contábil	67.001	806	42	67.849
Custo	84.878	806	63	85.747
Amortização acumulada	(17.877)	-	(21)	(17.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	67.001	806	42	67.849

(*) A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear até o prazo final da concessão.

10. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a	42.344	44.983
			42.344	44.983
Passivo circulante			2.605	2.670
Passivo não circulante			39.739	42.313

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 02 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE–PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de 16 anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012, a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Em 19 de junho de 2017, foi assinado o segundo aditivo de re-ratificação ao Contrato de Financiamento de nº 44.2009.6042.1846, firmado em 02 de dezembro de 2009, teve como finalidade alterar o vencimento final repactuando para 27 de novembro de 2029, ou seja, ampliação do prazo contratual em 24 meses, como também carência de 12 meses do valor principal, de março de 2017 a fevereiro de 2018. Além de demonstrar um novo fluxo de amortização do principal da dívida que foi readequado até o final do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia liquidou parcelas do BNB no montante de R\$ 6.071, sendo R\$ 2.636 de amortização do principal e R\$ 3.435 de amortização de juros.

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNB prevê como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.

(ii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que se trata de obrigação de curto prazo recentemente contratados em condições de mercado.

(iii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia está sujeita à cláusulas de “covenants” dos quais restringem, dentre outros itens, sofrer protestos de dívida, suspender imotivadamente as operações, aplicar irregularmente os recursos, pedir recuperação judicial/ extrajudicial, dentre outros.

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	-	2.550
2020	3.341	3.336
2021	4.845	4.845
2022	5.074	5.075
2023	5.253	5.257
2024	5.458	5.462
2025	5.027	5.308
2026 em diante	10.741	10.480
	39.739	42.313

11. Contribuição ao fundo sócio ambiental

O Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja a utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante destinado à contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 579 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 358).

12. Contingências e provisões para causas judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem ações de causas indenizatórias no valor de R\$ 766 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 745) classificadas como de perda provável, referente a processos de desapropriação e cível, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 3.050 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 3.695).

13. Partes relacionadas

	Passivo Não circulante	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Odebrecht Rodovias S.A.	752	752
Vento Sul Participações LTDA.	255	255
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	9	9
Odebrecht Participação e Investimentos S.A.	497	497
	1.513	1.513

Durante o exercício de 2018, não ocorreu a quitação dos dividendos reconhecido no exercício de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia propôs dividendos calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, sendo R\$ 152 para ODB Rodovias, R\$ 52 para Vento Sul e R\$ 2 para CNO.

(a) Honorários da Administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 299 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 274).

14. Provisão para manutenção

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 1.245 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 640) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e 05 meses. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração e por sua Engenharia no intuito de suprir as manutenções futuras.

15. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social
Odebrecht Rodovias S.A.	19.385.740	19.385
Vento Sul Participações LTDA.	6.537.541	6.538
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	226.873	227
	26.150.154	26.150

(b) Apropriação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão parcial do patrimônio líquido da controladora indireta OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

(ii) Reserva de incentivo fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura – transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia não reconheceu montante em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 67) referente à subvenção em conta de resultado.

(iii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia não destinou montante em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 43).

(iv) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. A Companhia não destinou montante em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 619).

(v) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Lucro do exercício	-	935
Incentivo fiscal	-	(67)
Base reserva legal	-	868
Constituição reserva legal (5%)	-	(43)
Base cálculo dos dividendos	-	825
Dividendos	-	206

Estas demonstrações contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía outros instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

16. Receita líquida

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	827	670
Receitas em numerário	10.584	10.976
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	2.228	2.271
Receitas de Contraprestação - CGPE (iii)	3.334	5.129
Receitas acessórias	105	344
Atualização do ativo financeiro - ICPC 01	3	9
Receita de operação	16.254	18.729
Receita total	17.081	19.399
Tributos sobre serviços de operação	(1.798)	(1.937)
	15.283	17.462

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu R\$ 827 e R\$ 670, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do CGPE, CAT.

17. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Depreciação e amortização	(3.298)	(3.028)
Custos com pessoal	(2.033)	(1.668)
Gastos gerais	(671)	(482)
Serviços de terceiros	(2.095)	(1.745)
Seguros	(82)	(68)
Provisão para conserva especial	(709)	(640)
Materiais	(147)	(198)
	(9.035)	(7.829)
Custo de construção ICPC 01-R1 (i)	(819)	(663)
	(9.854)	(8.492)

- (i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

18. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas com pessoal	(2.644)	(2.478)
Serviços de terceiros	(882)	(1.326)
Depreciação e amortização	(81)	(85)
Materiais e equipamentos	(147)	(316)
Despesa com veículos	(53)	(32)
Despesas com viagens	(24)	(24)
Gastos gerais	(550)	(525)
	(4.381)	(4.786)

19. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.432)	(3.649)
Juros sobre atraso	(2)	(1)
Outras	(41)	(107)
	(3.475)	(3.757)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	759	1.051
Outras	30	35
	789	1.086
Resultado financeiro, líquido	(2.686)	(2.671)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	847	-
Provisão para conserva especial	429	223
Ajuste de adoção inicial (art. 69 da lei 12.973)	1.279	1.339
Despesas pré-operacionais	363	619
Benefício fiscal (ágio) (i)	1.040	1.302
	3.958	3.483
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Margem de construção	(672)	(717)
ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos	(2)	(11)
	(674)	(728)
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	3.958	3.483
Tributos diferidos passivos	(674)	(728)
	3.284	2.755

- (i) De acordo com as práticas, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrado da seguinte forma:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	3.059	4.021
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(2.019)	(2.719)
Total do benefício fiscal	1.040	1.302

A Companhia optou por apresentar o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”. A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2020	-	262	262
2021	-	262	262
2022	159	262	421
2023	207	254	461
2024 em diante	481	-	481
	847	1.040	1.887

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes dos impostos	(1.638)	1.384
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	557	(472)
Outros	(37)	23
Efeito IR e CSLL no resultado	520	(449)
IR e CSLL corrente	-	(101)
IR e CSLL diferido	520	(348)
Total de IR e CSLL diferidos	520	(449)

21. Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

22. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Garantia Concessões Públicas	21/05/2019	739
Seguro de Risco Operacional	29/06/2020	80.000
Responsabilidade Civil	29/12/2019	50.000
Responsabilidade Civil Administradores	01/07/2019	15.000
Responsabilidade Civil	30/09/2019	1.000

23. Demonstração fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Desapropriações	-	171
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	171
Aquisição no intangível	-	(171)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	-	(171)

* * *